


RUI MANUEL FERNANDES  
Engenheiro Civil  
OE 42581  
PQ1779 – Certificação  
Energética de Edifícios  
NIF: 165169753

292  
C.M.M. Registo de Documentos  
Data: 2014/03/05 Login: isousa  
NIPG: 4869/14Func: 1021 U. Org.: 02 W.Pag.: 0001

*Aos Deputados  
Normais para  
emissão de  
parecer. 06/03/2014*  


**EXM.º SR.**

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

**DE MIRANDELA**

**RUI MANUEL FERNANDES**, Engenheiro Civil, contribuinte fiscal n.º 165169753, portador do Cartão de Cidadão n.º 05939895, trabalhador da Câmara Municipal de Mirandela, com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, com a Categoria de Técnico Superior Principal, a exercer as funções de Chefe de Divisão de Edifícios e Equipamentos, vem solicitar junto de V. Ex.ª a permissão para acumular funções/atividades privadas, de acordo com o disposto no art. 28.º da Lei n.º 12-A/2008 de 28 de fevereiro, na sua atual redação.

Declaro, para os devidos efeitos e sob compromisso de honra que:

A acumulação de funções pretendida está relacionada com a certificação energética de edifícios, na qualidade de Perito Qualificado que integra a Rede Nacional de Peritos Qualificados em Certificação Energética registada no Portal da ADENE, excluindo-se a emissão de pré-certificados e certificados energéticos em processos de licenciamento municipal no concelho de Mirandela. Pretende-se ainda, que a acumulação de funções possa estender-se, a atos de engenharia civil não sujeitos a licenciamento no concelho de Mirandela.

Esclarece, que as funções/atividade a que se propõe acumular, serão de natureza autónoma, a título remunerado, não sendo possível estimar o seu montante.

Estas funções/atividades, serão sempre desempenhadas com carácter pontual e fora do horário normal de trabalho.

Entende que as referidas funções/atividades não são consideradas incompatíveis nem comprometem a isenção e a imparcialidade das funções públicas que desempenho nesta autarquia, já que em nada são equiparadas às funções atualmente desempenhadas.

Entende ainda que as funções referidas não provocam prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, pois, as funções a que se propõe acumular em nada estão relacionadas com as atribuições e competências da Câmara Municipal de Mirandela.

Compromete-se ainda, sob o compromisso de honra, à cessação imediata da função/atividade acumulada, no caso de ocorrência superveniente de conflito com o interesse público ou prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Pede deferimento.

Mirandela, 05 de Março de 2014.

O Requerente

